



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

### O SERVIÇO SOCIAL E A ATUAÇÃO TÉCNICA SOCIOAMBIENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DENTRO DO PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS

Ariane Helena Coelho Raiol<sup>1</sup>  
Lia Rocha de Sousa Gomes Esperante<sup>2</sup>

**Resumo:** a presente pesquisa apresenta reflexões realizadas a partir do estágio em Serviço Social na Companhia de Saneamento do Pará. Parte de uma investigação qualitativa através de pesquisa exploratória, objetivando analisar os desafios da atuação socioambiental do Assistente Social na área do Saneamento Básico e as contradições históricas que permeiam a política de saneamento.

**Palavras – Chave:** serviço social, atuação socioambiental, saneamento básico.

**Abstract:** the present research brings reflections on the social service in the Sanitation Company of Pará. The qualitative research through the exploratory research, aimed at the development of the socio-environmental strategy of the social worker in the area of basic sanitation and as the historical policies that permeate a sanitation policy.

**Keywords:** social service. socio-environmental performance. basic sanitation.

#### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se constitui de um relato de experiência, apresenta reflexões tidas a partir da vivência de duas acadêmicas no estágio em Serviço Social constituindo-se como campo a empresa de saneamento do Estado do Pará, com atuação dentro do Programa Saneamento Para Todos, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo como proponente a Caixa Econômica Federal, que tem a atribuição de analisar, acompanhar, avaliar e testar a execução de ações.

Desde os primeiros momentos de inserção no campo houve a inquietação de entender o fazer profissional neste ramo. Dentre os questionamentos suscitados durante a experiência, destacamos aquele que despertou o interesse que embasou a realização desta pesquisa: o que faz um assistente social em projetos de saneamento básico? Tal questionamento foi realizado tanto por essas pesquisadoras, quanto por diferentes colegas no espaço acadêmico em que estamos inseridas. Tendo em vista responder tal questionamento, nasceu o interesse de refletir a respeito da atuação do Serviço Social no campo referente. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é conceituar e caracterizar o trabalho do assistente social na área do Saneamento Básico, dentro de um empreendimento de ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água, analisando os desafios que permeiam

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade da Amazônia, E-mail: arianeraiol4@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Centro Universitário Maurício de Nassau, E-mail: arianeraiol4@gmail.com.

a intervenção técnica socioambiental deste profissional. Pretendendo, em termos específicos, caracterizar as ações técnicas socioambiental desenvolvidas pelas profissionais inseridas no programa, analisando os aspectos desafiadores na execução de tais ações.

A presente pesquisa parte de uma investigação qualitativa, tendo como metodologia de abordagem uma pesquisa exploratória com utilização de fontes bibliográficas e documentais. Possuindo como fontes principais os relatórios produzidos mensalmente pelas assistentes sociais da empresa acerca do trabalho socioambiental desenvolvido no primeiro semestre do ano de 2019. Completando com fontes secundárias capturadas na pesquisa bibliográfica que auxiliaram no embasamento desta temática.

A pesquisa inicia com uma breve contextualização da política de Saneamento Básico, destaca-se os marcos regulatórios e legislativos de dois mandatos: o de Luiz Inácio Lula da Silva e o de Dilma Rousseff. Posteriormente apresentarei algumas considerações acerca da minha percepção sobre o território que está recebendo o projeto e o papel da companhia de saneamento do Estado dentro deste, caminhando para uma aproximação e contextualização do trabalho social das assistentes sociais dentro da empresa referenciada, pontuando as intervenções e atividades realizadas analisando cinco relatórios mensais referentes ao mês de fevereiro até o mês de junho.

Todas as informações levantadas e aqui apresentadas possuem significativos elementos que embasarão a compreensão acerca dos desafios que atravessam a atuação do profissional na área de saneamento básico, desafios estes vivenciados por estas pesquisadoras desde o primeiro contato com o campo.

### *1 - A POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO E MARCOS REGULATÓRIOS:*

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o saneamento pode ser entendido como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. Também é um conjunto de medidas adotadas (abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, etc...) pelos três níveis de governo: Municipal, Estadual e Federal, para melhorar a vida e a saúde dos habitantes, impedindo e prevenindo que fatores nocivos tragam danos ao bem-estar físico e mental das pessoas (TRATABRASIL, 2014).

O Saneamento Básico no Brasil começou a ser sistematizado como política a partir de 1969, através do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Tal plano começou a funcionar somente dois anos depois de sua sistematização, quando passou a destinar recursos para os estados criarem suas próprias companhias de saneamento. Para isso, instituiu-se o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), gerido pelo Banco Nacional da Habitação (BNH)

(BRITTO, 2011). Após a extinção do PLANASA, o próximo momento significativo para várias políticas nacionais, inclusive para o saneamento básico, foi a Constituição Federal de 1988. Pela constituinte, não há uma menção direta ao saneamento básico como um direito social mínimo, mas ele vem embutido em outros direitos básicos.

Depois da Constituição Federal, temos um longo caminho até a conjuntura atual da política de saneamento, com marcos legais em gestões como a de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) e Itamar Franco (1992 a 1994); Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 / 1999 a 2002); Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 / 2007 a 2010); e Dilma Rousseff (2011 a 2014 / 2015 a – ). No entanto, nos interessa aqui pontuar duas gestões em específico, a de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, por estarem nessas duas gestões os marcos legais e regulatórios da política de saneamento e do abastecimento de água, uma vez que o projeto em que estamos inseridas e que aqui constitui-se como campo de pesquisa, está colocado dentro da política de saneamento visando a ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água.

No que tange a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 / 2007 a 2010), dentre os decretos e leis de dois mandatos consecutivos, destacamos:

- *Decreto nº 5440 de maio de 2005*: estabelece as definições e os procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informações ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.
- *Lei nº 11.445/2007*: dá as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB). Reafirmou a necessidade da universalização dos serviços, dispondo da adoção de métodos, técnicas e processos que consideram as diferenças locais e regionais, e que não causem risco à saúde e ao meio ambiente. Tal lei traz uma clara tendência de articulação das políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional de cooperação e participação, controle e inclusão social. Alinhando no âmbito nacional, as necessidades municipais de saneamento básico, configurando-se como um importante avanço para o saneamento básico no Brasil.
- *Decreto nº 6.025 de 22 de janeiro*: diz respeito ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (BRASIL, 2007). Segundo o Ministério das Cidades (2007), o PAC (2007-2010) foi um programa que visava promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento de empregos e a melhoria nas condições de vida da população brasileira. O programa consistiu em um conjunto de medidas destinadas a: investimento em infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento,

melhoria do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo.

- *Lei nº 12.305/2010, de 2010:* tal lei, tida no último ano de mandato do governo de Lula, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), disciplinando os aspectos que se aplicam a todos os entes da Federação e às pessoas físicas e jurídicas responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos, e às que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Na Gestão de Dilma Rousseff (2011 a 2014 / 2015), marcada pela tentativa de manter uma estabilidade perante a crise deflagrada em 2007, e seguindo a política econômica do governo de Lula, destacamos:

- *Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento 2, em 2011:* O PAC2, através do Ministério das Cidades (2015), autorizou projetos em obras de urbanização, de assentamentos precários, saneamento, pavimentação e prevenção. O programa, nesta segunda etapa, visou diminuir riscos no tratamento de água em áreas urbanas, melhorar o abastecimento de água e esgoto para a população, investir em estações de tratamento, reservatórios, adutoras para aumentar a produção de água e melhorar a distribuição, reduzindo perdas hídricas.
- *Portaria nº 2.914, em 2011:* nesta portaria o Ministério da Saúde, dispôs sobre procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- *Portaria nº 21, em 2014:* trata da inclusão do Trabalho Social associado a programas de interesse social. Esta portaria se constitui uma grande conquista para o trabalho social porque aprova o manual de instruções do trabalho social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Ela define o trabalho social como:

um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (PORTARIA 21, 2014)

Contextualizar a política de Saneamento Básico cronologicamente, forneceu-me material e embasamento, para refletir em concordância com ALGEBAILÉ e SALLES que:

(...) todo este contexto está longe de ser uma instância neutra voltada ao bem-estar e à igualdade social é um campo de intensas contradições e conflitos de interesses, marcados pela permanente tensão entre interesses públicos e privados, entre as lutas por direitos coletivos e o uso instrumental do Estado a favor de uma ordem

econômica que produz e reproduz continuamente as desigualdades sociais e a pobreza. (ALGEBAILLE, 2005 apud SALLES, 2008, p. 15 e 16).

Com todas as informações levantadas, constato que a Política Nacional de Saneamento Básico é historicamente permeada de contrastes sendo acompanhada pelas transformações políticas, sociais e econômicas nos diferentes momentos do país.

## *2 - A PROPOSITORA: O PROJETO E O TERRITÓRIO.*

Como já mencionado, constitui-se como campo desta pesquisa o trabalho desenvolvido dentro da Companhia de Saneamento do Pará, com atuação no Programa Saneamento Para Todos, do Programa de Aceleração do Crescimento tendo como proponente a Caixa Econômica Federal.

A Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, é a empresa de abastecimento de água e saneamento básico do estado brasileiro do Pará com sede em Belém, é uma sociedade de economia mista responsável pela expansão do sistema de abastecimento de água. Fundada em 21 de dezembro de 1970, a COSANPA foi oriunda do antigo Departamento de Águas e Esgotos do Estado do Pará, encontrando-se atualmente dividida em cinco regionais: Metropolitana, Baixo Amazonas, Nordeste, Ilhas e Tocantins, atendendo a sessenta e dois municípios paraenses.

Com o objetivo de coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgoto, bem como realizar obras de saneamento básico, a COSANPA constituiu-se como a principal executora do projeto de Saneamento Para Todos, que dentro do bairro Águas Lindas, visa a ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água, com a melhor relação custo benefício para o consumidor.

Dentro da Companhia de Saneamento do Pará, observa-se a atuação do assistente social dentro da política de saneamento básico com intervenções socioambientais junto ao território. É válido destacar que o território beneficiário deste projeto é marcado pela vulnerabilidade, destacando que o público beneficiário deste projeto é formado, na sua maioria, por pessoas de baixa renda, em situação de desemprego, com altas taxas de analfabetismo.

## *3 - ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROJETO:*

No momento de nossa inserção no quadro de estagiários, havia no projeto duas assistentes sociais vinculadas à empresa por meio de contratos temporários, sem registro em carteira

profissional. Ambas nos orientaram que a atuação do Assistente Social neste projeto é orientada pelo Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) instituído pela Caixa Econômica Federal, que consiste em um documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários.

Nas intervenções relacionadas ao desenvolvimento urbano, os projetos devem ter enfoque multidisciplinar, fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental. Os projetos não existem de modo isolado. São componentes de programas e sua utilidade e relevância devem-se ao fato de possibilitar colocar na prática cotidiana os princípios e diretrizes das políticas sociais, que tem como finalidade a transformação da realidade e a melhoria efetiva nas condições de vida da população. (CEF, 2013)

O PTTS, contém um Termo de Referência, também apresentado pelas assistentes sociais desde o primeiro momento de nossa inserção no campo, o TR consiste em um documento disponibilizado juntamente com o PTTS, que se trata de um registro expositivo e esquemático, que define objetivamente as metas e o escopo do projeto. Dentre algumas das informações deste termo estão: objetivo; justificativa e contextualização; público alvo e caracterização dos grupos que serão atingidos; metodologia detalhada das etapas e atividades a serem atingidas; as especificações das atividades; local de realização do trabalho; prazos, com duração prevista das atividades e datas de início e término do projeto; orçamento; cronograma físico-financeiro, com a previsão de custos por etapa e atividades e/ou produtos; qualificação técnica, recursos e equipamentos requeridos para a prestação dos serviços; anexos com informações complementares

No campo referente, o PTTS encontra-se na fase de obras, onde são desenvolvidas atividades relacionadas à constituição de grupos de acompanhamento do projeto, entidade representativa dos moradores, bem como a preparação dos beneficiários para o recebimento da água potável em suas residências. Como já mencionado, compete à CAIXA, na qualidade de agente propositor, o acompanhamento da execução do PTTS, uma vez que a liberação dos recursos está vinculada ao cumprimento das metas/atividades estabelecidas no projeto aprovado.

Compete também ao serviço social construir os relatórios mensais de acompanhamento do trabalho técnico social, que são documentos com registros das ações realizadas bem como das previstas e não realizadas, além disso, os resultados alcançados. Tais relatórios devem ser elaborados com base em um modelo pré-estabelecido pela CEF, no Caderno de Orientação Técnico Social de 2013 (COTS 2013). Sendo assim, são solicitadas as seguintes informações:

- Justificativa para as atividades previstas e não realizadas no mês de referência;
- Descrição, pelos técnicos, das atividades realizadas no período;

- Apresentação de documentos de registro dos trabalhos desenvolvidos, tais como: fotos, atas, cartilhas, informativos, gravações, avaliações das atividades, dentre outros documentos que venham a contribuir para o entendimento do relatório.

Após conceituar o trabalho do assistente social dentro deste campo instituído na área do Saneamento Básico, em um empreendimento de ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água, focamos agora na segunda parte de nosso objetivo geral: analisar os desafios que permeiam a intervenção técnica socioambiental deste profissional. Diante disso, apresentaremos alguns desafios vivenciados durante o processo de estágio na instituição. No que tange os documentos norteadores do processo de trabalho: COTS; PTSA; TR e os Relatórios Técnicos Socioambientais; com o planejamento de ações embasadas nos eixos de: mobilização, organização e fortalecimento social, acompanhamento e gestão social da intervenção, ações de educação ambiental e patrimonial e ações de desenvolvimento econômico; nossa análise se volta para a forma como os mesmos norteiam o trabalho do assistente social, objetivando, como afirma Iamamoto (2009), desvendar as estratégias de ação por trás da trama submersa de interesses.

No nosso segundo dia de estágio o setor social foi chamado para intervir em uma manifestação de moradores em uma das ruas beneficiadas, os mesmos barraram a entrada das máquinas devido às dificuldades de locomoção que, segundo os mesmos, agravam com as obras e o período chuvoso. As assistentes sociais registraram o ocorrido por meio de fotos e mobilizaram uma reunião em um centro comunitário para prestar esclarecimento. Diante disso, nossa observação no que tange os eixos norteadores do trabalho focou-se no de mobilização, organização e fortalecimento social.

A observação do território que está recebendo o projeto nos permitiu constatar a grande presença de líderes comunitários e espaços democráticos como centros comunitários, e o CFESS delimita como competência do Serviço Social a:

[...] dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos (a) usuários (as) e Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas.

Sendo assim, no que se refere ao eixo de mobilização, organização e fortalecimento social, e entendendo que os espaços de participação comunitária presentes no território são espaços de disputa que propiciam momentos preciosos de participação, reivindicação

e defesa dos direitos dos usuários das políticas públicas, temos que um dos principais desafios é ultrapassar a participação reduzida estabelecidas nas ações do PTTS.

Fazendo algumas observações nesse sentido, Santos (2010) adverte que o profissional de Serviço Social tem sofrido cada vez mais a interferência dos interesses do capital nos seus processos de trabalho, tornando-os mais sistematizados e informatizados a fim de controlar e mecanizar a atuação do profissional.

A análise dos documentos que orientam o trabalho social e dos relatórios produzidos mensalmente, nos possibilitaram concluir que, em geral, houve o desafio de transcender as demandas institucionais. Sendo a atuação dentro do referido espaço desafiador, no entanto, tal campo institucional não deixa de ser um meio de intervenção. A intervenção está estabelecida fazendo relação ao compromisso ético-político que a profissão exige.

#### *4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:*

Ao resgatar historicamente marcos da política de saneamento básico, nos foi possível identificar e constatar que esta área é permeada de contradições ao longo de sua trajetória, sendo até os dias atuais, caracterizada pela sua baixa efetividade.

No que se refere a atuação do assistente social e os desafios que permeiam esta, temos que estes só podem ser compreendidos em sua totalidade se forem analisados dentro do contexto da política e da gestão em que estão inseridos. Diante dos desafios vivenciados na prática cotidiano do estágio, entendemos também que, apesar de termos focado nos desafios de apenas um dos eixos, estes não são exclusivos, atravessam as intervenções de forma heterogênea e complexa, instituindo um caráter desafiador para o exercício profissional.

Diante deste cenário, apontamos como desafios: ultrapassar o discurso de participação reduzida às ações do PTSA; deflagrar uma prática participativa com a população intervencionada; considerar constantemente os temas que surgem e interferem na localidade intervencionada; empenhar-se para o reconhecimento social do profissional nas comunidades; e realizar práticas aliadas à dimensão ético-política da profissão. Outros desafios associados à reestruturação produtiva podem ser observados, como: a flexibilização do trabalho e a instabilidade profissional.

Diante de tudo o que aqui foi exposto, concluímos que a intervenção do assistente social nesta área não é simples, pelo contrário, é permeada de conflitos e contradições que se unem as expectativas de uma população marcada pelo abandono do Estado. Concluímos também que as possibilidades de frentes de trabalho e de projeto profissional não são



oferecidas de forma fácil e automática na realidade, cabendo aos profissionais, como afirma Iamamoto (2009), também o desafio de desvendá-las.

## 5 – REFERÊNCIAS

ADSFAD. Brasil. Asdf. **Lei complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>.

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Mônica de Jesus. O Trabalho do Assistente Social nas Fundações Empresariais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

(Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 429.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 107, p.405419, Jul/set. 2011. Trimestral.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 118, n. 3, p.318-338, abr. 2014. T.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a política nacional de resíduos sólidos**: altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. **Estabelece normas para a elaboração e execução do plano plurianual e dos orçamentos da união, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe Sobre A Política Nacional do Meio Ambiente, Seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>.

BRASIL. Léo Heller. Ministério das Cidades (Org.). **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Brasília: [s.n], 2014. 220 p. Disponível em:

<[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/plansab\\_texto\\_e\\_ditado\\_p\\_ara\\_download.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/plansab_texto_e_ditado_p_ara_download.pdf)>.

BRITTO, Ana Lúcia et al (Org.). **Panorama do saneamento básico no Brasil: Avaliação político-institucional do setor de saneamento básico**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 537 p. Disponível em: <[http://www.saneamentoweb.com.br/sites/default/files/PANORAMA\\_Vol\\_4.pdf](http://www.saneamentoweb.com.br/sites/default/files/PANORAMA_Vol_4.pdf)>.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Brasil) (Org.). **Saneamento para todos**. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/assistencia\\_tecnica/produtos/financiam\\_ento/saneamento\\_para\\_todos/saiba\\_mais.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/financiam_ento/saneamento_para_todos/saiba_mais.asp)>.

\_\_\_\_\_. **COTS 2013**: Caderno de Orientação Técnico Social 2013. Brasília: [s. N.], 2013. 62 p. Disponível em: <[http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno\\_de\\_orientacao.pdf](http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf)>.

CFESS, Comissão de Fiscalização. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão**. São Paulo: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 74 p. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 15 de março de 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf)>.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓMEZ, J. Andrés Domínguez et al. **Serviço social e meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 135 p

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990. 154 p.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do trabalho do assistente social**. 2000. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/YolandaGuerra.pdf>>.

HACK, Joziane. **Os desafios para o Serviço Social diante do trabalho técnico social nas obras de saneamento básico**. 2009. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HELLER, Léo. **Saneamento e saúde**. [S. L.: s. n.], 1997. 102 p. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0242.pdf>>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade, In: CEFESS, **Atribuições Privativas do (a) assistente social em questão**. Brasília, Fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes do trabalho Socioambiental**. Brasília: [s. N.], 2009. Disponível em:  
<[http://www.saneamentoweb.com.br/sites/default/files/Diretrizes\\_Trabalho\\_SocioAmbiental.pdf](http://www.saneamentoweb.com.br/sites/default/files/Diretrizes_Trabalho_SocioAmbiental.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho

Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Portaria 21**. Brasília, 22 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Programa de aceleração do crescimento 2007-2010**. Slides de Apresentação.

Janeiro/2007. Disponível em:

<[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122\\_PAC\\_meditadas\\_institucionais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_meditadas_institucionais.pdf)>.

MOREIRA, Inês da Silva. **Serviço social e meio ambiente: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento - PAC**. 2013. 167 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PEIXOTO, João Batista. **Saneamento básico: política, marco legal e instrumentos de gestão dos serviços**. [s. L.]: Fundação Vale, 2013. 16 p.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. 41 p.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010. 256 p.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 231 p.

TRATABRASIL, Instituto Trata Brasil (Org.). **Saneamento no Brasil: bakup**. 2014. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil-bakup>>.

WILLIG, Rosana Izara Luchese. **Os serviços de saneamento básico como instrumento de desenvolvimento sustentável: possibilidades e perspectivas a partir de políticas públicas tributárias de inclusão social**. 2011. 161 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, Santa Cruz do Sul, 2011.

-